

# Economia só vai melhorar após renúncia

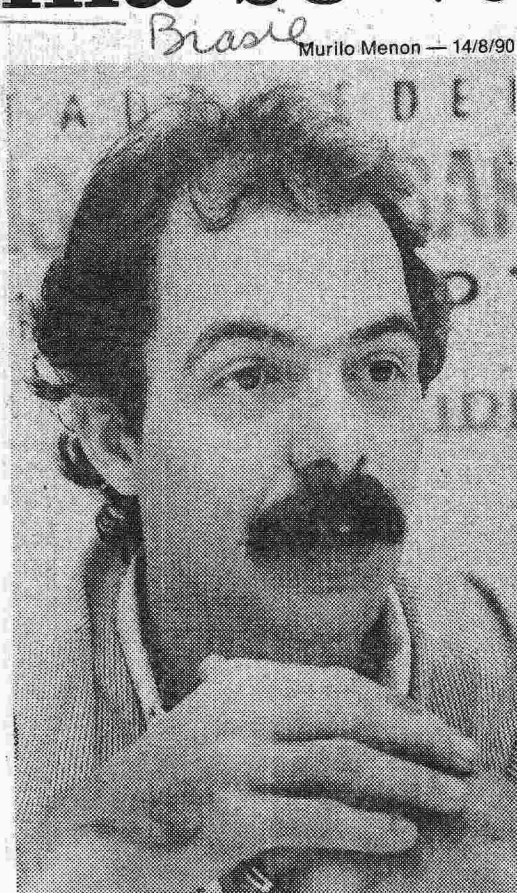
Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — A maioria dos parlamentares — de partidos de esquerda, centro e direita — garantirá a governabilidade do eventual governo do vice-presidente Itamar Franco, com a votação dos projetos de lei necessários à execução de uma política que busque estabilidade para a economia. É certo também que nenhum projeto do Executivo deve ser sequer apreciado durante o período de resistência do presidente Collor, o que pode agravar a crise econômica.

“Collor não tem mais credibilidade, perdeu seus 35 milhões de votos e, se colocar Itamar em seu lugar, o Congresso terá obrigação moral de apoiá-lo”, justifica o deputado Delfim Neto (PDS-SP), ex-ministro do Planejamento. “Quanto mais demorar o desfecho, pior para a economia”, prevê o deputado José Serra (PSDB-SP). “Não há como enfrentar a crise econômica, se a sociedade não tem nenhum respeito pelo presidente”, avalia o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP).

Negras previsões assustam o horizonte próximo da economia, caso o processo de afastamento do presidente Collor seja demorado. “A economia continuará com inflação e desemprego altos e não afasto o risco de hiperinflação”, diz o deputado Roberto Campos (PDS-RJ), ministro do Planejamento do governo Castelo Branco. Para ele, a crise política contribui para um novo surto inflacionário, pois estimula a atitude defensiva da população, “ressuscitando” a prática de remarcações preventivas de preços. “O medo político revela o pânico econômico”, define. Pior ainda, em sua opinião, é a tentativa do governo de distribuir verbas em troca de apoio, pois aumenta o déficit público — considerado, por unanimidade, uma das causas da inflação brasileira.

**Política do nada** — Colega de bancada de Campos, o ex-mi-



Mercadante: “Sem respeito”



Delfim: “Inflação pode subir”



Campos: “Pânico econômico”



Serra: “Lista telefônica”

nistro Delfim Neto critica a política econômica do ministro Marcílio Marques Moreira e afirma que a inflação daria saltos significativos a partir de setembro, com ou sem crise política. “A tendência da inflação é subir, porque a política adotada é a de não fazer”, afirma. Ou seja, o único instrumento acionado até agora é a prática de juros altos, o que está elevando o estoque da dívida pública, que ameaça chegar ao perigoso patamar do final do governo Sarney. “O espaço de crescimento que resultou do bloqueio dos cruzados já está terminando”, lembra.

“Tem faltado *timing* e ação ao governo Collor”, completa Roberto Campos. Segundo ele, desde o primeiro momento, todos sabiam que o maior problema para controlar a inflação era o desequilíbrio das contas públicas. “Apesar disso, o governo demorou 26 meses para encaminhar uma proposta de ajuste fiscal, que é incompleta, pois faltam os projetos de lei que vão regulamentar os impostos”, dispara. Do outro la-

do do espectro político, José Serra tem avaliação parecida. “A reforma fiscal que chegou é uma lista telefônica e precisamos de um projeto mais enxuto, mais realista”, afirma. Essa nova proposta, no entanto, deve ficar para um novo governo, tendo em vista o desgaste do presidente Collor. “Só teremos uma reforma fiscal ampla e duradoura com a aprovação do *impeachment*”, sentencia Aloizio Mercadante.

**Angioplastia** — Economistas de diferentes escolas defendem o ajuste fiscal — com o fim do desequilíbrio entre receita e despesa do Estado — como medida essencial para combater a inflação. E, se depender das manifestações de deputados e senadores, com o governo Itamar, a reforma fiscal sai das gavetas do Congresso, junto

com projetos como o de modernização dos portos, do sistema financeiro e criação da secretaria de controle interno do setor público. “A entrada de Itamar funciona como uma angioplastia que desobstrui a ação do Congresso”, diz Serra, comparando a posse do vice-presidente com a técnica de desobstrução das artérias do coração, que evita o trauma da cirurgia.

Tido como integrante da oposição certa ao presidente Itamar Franco, o deputado Benito Gama (PFL-BA) — que foi presidente da CPI do caso PC — é o relator da proposta de reforma fiscal que tramita no Congresso. Apesar de opositor, nem mesmo Benito Gama deve agir contra a agilização do ajuste fiscal. “A reforma fiscal é um programa do Estado e não de governo”, afirma.

## Com o governo Itamar, projetos do Executivo serão retirados das gavetas do Congresso

“Temos que redistribuir a carga fiscal que hoje está concentrada nos assalariados e nas empresas privadas do setor formal da economia”, completa Roberto Campos, que implementou uma reforma nos anos 60, quando foi ministro.

**Discórdia** — A co-responsabilidade com o governo, depois de uma renúncia do presidente Collor ou aprovação de seu *impeachment* pela Câmara, é o sentimento dominante entre os congressistas, que ultrapassa a mera questão partidária. “Itamar será tratado como um bibelô, pois o país não suportaria outro trauma”, antecipa o senador Mário Covas (PSDB-SP). “O Congresso vai sentir o peso da responsabilidade, embora nenhum partido possa oferecer apoio da unanimidade de sua bancada”, concorda, menos enfático, o deputado Roberto Campos. Até mesmo futuros opositores, que preferem se manter no anonimato, acreditam que Itamar Franco terá condições de governabilidade, desde que estabeleça canais de negociação com todos

os partidos. “Se ele não negociar, não indica nem o porteiro do ministério da Economia”, diz uma liderança do PFL.

Apesar do apoio aparentemente unânime, os parlamentares começam a impor suas condições. Na área econômica, um possível ponto de discórdia com o vice-presidente será no processo de privatização, do qual Itamar Franco tem sido um crítico, como no episódio do leilão da Usiminas em que ele se opôs à venda da estatal. Mas parlamentares apostam que o vice-presidente, se assumir a condução do país, vai manter a tendência de liberalização econômica que vem sendo adotada na América Latina. “O processo de enxugamento do Estado e de abertura da economia tem um ritmo natural que não acredito que possa ser interrompido”, afirma José Serra. Na categoria dos otimistas se inclui Delfim Neto, do PDS, como Campos. “Não vejo razão para que Itamar não tenha um bom programa na área econômica”, diz.